

Uma análise sobre o processo de territorialização, afirmação étnica e políticas indigenistas no caso dos índios Tuxá de Rodelas

Ricardo Dantas Borges Salomão

Universidade Federal Fluminense

Os índios Tuxá de Rodelas são remanescentes de populações indígenas que habitavam o médio baixo São Francisco, e que foram ao longo da história sendo reduzidos aos antigos aldeamentos missionários dessa região, constituídos e administrados a partir do século XVII por jesuítas, carmelitas, são franciscanos e capuchinhos. Esse confinamento das populações indígenas nas missões religiosas possibilitava abrir espaços para expansão da frente pastoril, que era a atividade econômica que mobilizava até o século XVIII, o projeto de colonização português para a região. Documentos do século XVIII registram etnias diferentes coabitando esses aldeamentos missionários no médio baixo São Francisco, como porcás, brancararus, kariris e diversas nações de tapuia. A Missão de São João Batista de Rodelas, que originou a vila e depois o município de Rodelas, foi uma das últimas missões religiosas que foram extintas no século XIX.

Até início do século XX, quando se iniciou o processo de reivindicação do reconhecimento étnico, os atuais índios Tuxá eram conhecidos regionalmente como índios Rodeleiros, referência ao nome do aldeamento. O nome Rodelas originou-se no século XVII, devido a um índio que se tornou famoso devido sua liderança sobre 200 índios na participação da guerra contra os holandeses na Ribeira das Alagoas do São Francisco, sob o comando de Antonio Felipe Camarão Potiguar, matando 80 inimigos, obrigando assim, que os holandeses se retirassem da região (Leite 1945: 293). Esse índio ficou conhecido com o nome de Rodela, retornando como herói para sua aldeia e sendo batizado com o nome de Francisco Rodelas ou Francisco Pereira Rodela. Por essa razão os índios que habitavam as proximidades de sua aldeia, no médio rio São Francisco, ficariam conhecidos como índios rodeleiros. Existem muitas versões sobre a razão pela qual lhe foi dado esse nome¹.

¹ Para Nelson Barbalho, quando escreve para Ariston de Souza Ferraz na Cronologia Pernambucana(Barbalho 1982) , assinala que o motivo do nome foi o “*formato de um escudo circular usado pelos tapuias como arma de guerra*”¹. Barbosa Lima Sobrinho acrescenta além da versão do escudo usado como arma, a hipótese do uso de “*um disco de madeira que colocavam nos lábios como ornamento*” (Sobrinho 1950). Uma outra versão local, registrada também por João Justiano Fonseca¹ (Fonseca 1996: 56), e que ouvi muito na aldeia

Essa população indígena que habitava a área do antigo aldeamento missionário de Rodelas foi pouco a pouco perdendo a posse de suas terras, principalmente após a reestruturação fundiária implementada ao longo do século XIX, com o objetivo de modernizar o país e estabelecer um ordenamento jurídico, determinando e regularizando as propriedades territoriais. Esse conjunto de leis procurava definir as terras devolutas e o meio pelo qual elas poderiam ser vendidas e possuídas, resolver a questão das posses irregulares dos sesmeiros, estabelecer ao Estado o direito de reservar terras para a colonização indígena, para a fundação de povoados, para aberturas de estradas, para a fundação de estabelecimentos públicos e para a construção naval (Osório Silva 1996). Em meados do século XIX, segundo informações de Frei Luíz de Gúbio (Regni 1988: 95), o último missionário presente em Rodelas e de Halfeld (1860) que estiveram na região em diferentes anos, existiam cerca de 140 índios no local do antigo aldeamento de Rodelas.

A expulsão dos Tuxá de suas terras se intensificou a partir da década de 20 do século XX, quando por medo do cangaço, a população que vivia nas fazendas começa a se aglomerar em torno da igreja onde se encontrava o antigo aldeamento missionário de Rodelas. Nessa época Rodelas era caracterizado como um povoado que ficava sobre a jurisdição do município de Glória. As famílias *brancas* proprietárias de terras e que detinham o poder político local iam ocupando as ilhas do rio São Francisco e as áreas de várzeas que eram os terrenos férteis dessa região semi-árida, expulsando os índios de suas casas e dos terrenos onde praticavam

como sendo a legítima, seria do costume do Francisco Rodela fazer e usar um colar montado com as rótulas do joelho de inimigos mortos em combate. Orlando Silva Sampaio (Silva 1997: 31 nota 28) cita que Trujillo (Trujillo 1957) faz menção que os índios Kiriri do rio São Francisco usavam o “Beba”, um colar feito de osso, que mais tarde seria substituído por contas. Fonseca ainda escreve que:

“E no caso , a tradição se robustece no fato de ainda hoje chamar-se, em Rodelas, de “rodela do joelho”, à rótula – osso móvel da articulação.” (Fonseca 1996:56)

Fonseca ainda levanta mais uma hipótese do nome Rodela ter sido dado por causa do tipo de corte de cabelo que seria usado pelo chefe indígena dessas aldeias (Fonseca 1996: 69). Ele se baseia na descrição de Frei Giuseppe de S. Teresa, encontrada em Os cariris do Nordeste (Siqueira 1978: 44; Leite 1945), sobre os índios tapuia:

“Esse povo tapuia é robusto e de grande estatura; os seus ossos são grandes e fortes e a cabeça é grande e espessa; sua cor natural é atrigueirada, o cabelo é preto e, de ordinário, o trazem pendente sobre o pescoço, mas por diante, até acima das orelhas, cortam-no igualmente, o que faz parecer que trazem um boné sobre a cabeça. Contudo alguns deixam cortar todo o cabelo no modo da nossa nação. Têm o cabelo muito grosso e áspero. Não usam barba, nem trazem cabelos em alguma parte do corpo. O cabelo do rei é cortado na cabeça como uma coroa e, em ambos os polegares ele traz as unhas compridas¹, o que, fora dele, ninguém mais pode trazer. As mulheres são indiscutivelmente pequenas e mais baixas de estatura do que os homens. São também de cor atrigueirada, mas bonitas de cara. Em geral eles atingem a uma idade mui avançada: alguns contam 150, 160 e 200 anos.”

uma agricultura de subsistência. Fonseca²(1996) escreve que nesse período o povoado era constituído por aproximadamente “40 casas de não-índios e um pouco menos de índios”, formando uma única povoação, se distinguindo porque os índios moravam na área que ficava rio acima a partir da igreja, morando em casas de taipa, enquanto os brancos, “*descendentes dos colonizadores*”, moravam na área que ficava rio abaixo a partir da mesma igreja, sendo suas casas “*de alvenaria e caiadas, algumas de beira-bica trabalhada. Uma ou outra com um floral na fachada*” (Fonseca 1996:179).

Os ex-escravos eram empregados e não-proprietários de terras e foram também se agrupando no povoado atrás da rua principal onde moravam os *brancos*, onde seria chamada “Rua dos Morenos” ou dos “Raposos”, nome pejorativo e discriminatório pelo qual eram chamados. Os *morenos*, termo ainda hoje utilizado no município de Rodelas para designar afrodescendentes, vieram se estabelecer no povoado tanto devido ao medo do cangaço como a desestruturação da economia local que era centrada nas fazendas, tinham procedências de diferentes lugares e segundo Fonseca:

“*quase não havia negros ‘puros’ e sim cafuzos e mulatos, que eram chamados de escuro, moreno, às vezes raposo e nos primeiros tempos dizia-se ‘cabra’.*” (Fonseca 1996: 62)

O contato dessa população indígena com o órgão indigenista começa no início do século XX na sua luta pelo reconhecimento étnico e direitos territoriais. Segundo a história oral dos Tuxá, a maioria dos índios receavam buscar e reivindicar seus direitos, pois o único serviço remunerado que existia na época era oferecido pelos *brancos*. Os recursos adquiridos com trabalho na roça para os *brancos* amenizava o quadro de pobreza e fome dessa população, que vivia da pesca, caça de capivara e outras embiaras, e de uma modesta agricultura de subsistência. Muitos emigravam de Rodelas, procurando trabalho e melhores condições de vida em outras localidades, principalmente na cidade de Juazeiro. João Gomes, por ter alguns

² João Justiano da Fonseca é um escritor bahiano nascido em 1920 no ainda povoado de Rodelas. Morou e se criou em Rodelas tendo se mudado para Salvador quando idoso. Fonseca pertence a uma família “branca”, antiga proprietária de terras na freguesia de Rodelas, da classe dominante economicamente e politicamente na região. Escreveu 9 livros, sendo seis de poemas, dois romances e um sobre a história de Rodelas chamado “Rodelas, Curraleiros, Índios e Missionários”. Fonseca escreveu esse livro a partir de fontes documentais e da memória social do grupo dominante de Rodelas a qual pertence. O autor faz parte da Academia Goianiense de Letras, Academia Petropolitana de Letras, Academia Anapolina de Filosofia Ciências e Letras, Academia Petropolitana de Poesia Raul de Leoni, União Brasileira de Trovadores, FEBETE – Federação Brasileira de Entidades Trovistas, Centro Cultural Literário e Artístico de “Gazeta de Felgueiras” – Felgueiras/Portugal, CA.PO.RI. – Casa do Poeta Rio-Grandense, CBT - Clube Baiano de Trova, OBRAPPS – Ordem Brasileira dos Poetas e Poetisas Sonetistas

familiares que ainda eram proprietários de pequenos lotes de terra, e que viviam numa situação econômica um pouco melhor que os outros índios, não dependia do trabalho para os *brancos* para sobreviver, e resolveu se empenhar na luta pelos direitos de terra dos índios Tuxá. Sendo assim, a partir da segunda década do século passado começa uma longa peregrinação de João Gomes para contatar pessoas do governo, na tentativa de reverter a situação em que os índios se encontravam.

O índio Tuxá João Gomes Apako Caramuru, lidera o movimento de reivindicações e realiza viagens, muito delas caminhando, atrás de instituições públicas responsáveis pela questão, tanto em Recife, Salvador como no Rio de Janeiro. Numa de suas poucas viagens ao Rio de Janeiro, recebe dos funcionários do SPI um quepe e um insígnia militar, e é nomeado de “capitão da aldeia”, nomeação pela qual será chamado e reconhecido pelos outros índios Tuxá até seu falecimento. Com isso, também crescia a perseguição aos índios Tuxá, e particularmente a João Gomes, que após ser espancado por *brancos*, resolve passar um tempo na aldeia Brejo dos Padres, onde habitam os índios Pankararu. João Gomes junto com sua esposa e seu neto, o atual pajé Armando, ficaram quase 1 ano morando no Brejo dos Padres, recebendo o apoio do índio e capitão dos Pankararu, João Moreno.

Durante sua estada no Brejo dos Padres, João Gomes é convidado pelo capitão João Moreno para ir fazer uma consulta, com sua tia que era “mãe”³ e dona do folgado de lá, conhecida por “Maria Petonilda”, sobre sua situação atual e seu futuro. Foram na “boquinha da noite”, consultar Dona “Maria Petonilda”, que após ouvir João Gomes, entra na sua casa para fazer o seu “trabalho”, e retorna dizendo que ele tinha condições de conseguir sucesso na sua luta, mas que precisava de outras pessoas que estavam longe, para lutar junto com ele, e “estombar a questão”. João Gomes imediatamente viaja para Rodelas e resolve ir para Juazeiro, para encontrar outros índios que tinham ido embora de Rodelas e que eram do “regime” e da “ciência dos índios”, para tentar convencê-los a retornar para sua terra natal. Consegue uma carona numa embarcação, que transportava sal de Jatobá para Juazeiro. O dono da barca, chamado de Elói Viana, de Tacaruba, permitiu sua ida desde que fosse trabalhando como cacimbeiro, pessoa responsável por retirar a água que entra na embarcação. João Gomes convence a outros índios mais velhos, conhecedores da “ciência do índio” a retornarem para a

³ Pinto (1958 p. 39) descreve que as cantadeiras Pankararu, do Brejo dos Padres, que tinham posições importantes nos rituais, eram chamadas de “mãe”.

aldeia. Ele retorna junto com os índios Sinhá Alta, Manoel Dias, Janoca, Antonia Maria Inácia, Luiza, Martinha, Cordolina e Maria Clara.

Com o retorno desses índios a Rodelas se estabeleceram dois centros principais de prática ritual da “ciência do índio”. Um, sob a liderança da Cabocla Pequena, que nunca se mudou de Rodelas, e outra da Sinhá Alta, que tinha acabo de retornar. Embora sempre se destaquem essas duas mestras Tuxá, Sinhá Alta e Cabocla Pequena, o conhecimento da “ciência dos índios” não se restringiam a elas. Em diversas outras histórias fica evidente que era um aspecto cultural presente em todos os *caboclos*. Outros nomes são citados como Mestre Taviano, Luiza, Cabocla Alice, Cordolina, Maria Inácia, Maria Clara, e numa geração posterior nomes como Pequena, filha da Cabocla Pequena, Maria Barroso, Mestre Eduardo entre outros.

A partir do momento da chegada dos índios de Juazeiro, que foram convencidos pelo João Gomes a retornar para a aldeia, e que se iniciam os “*trabalhos a favor da aldeia*”, a “ciência do índio” que antes era usada buscando orientação dos espíritos de seus antepassados indígenas para curar índios gratuitamente e os “cristãos” mediante alguma remuneração, agora é praticada para obter orientação para o benefício da aldeia, visando alcançar seus objetivos coletivos, e para proteção dos líderes e representantes que viajavam e lutavam por seus direitos e pelo reconhecimento como indígenas pelo estado brasileiro. O pajé Armando diz que alguns *brancos* proprietários de terras, usavam de sua autoridade no povoado, para tentar impedi-los de praticarem o toré.

Em 1944, o serviço de Proteção ao Índio cria o “Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento Felipe Camarão”, no povoado de Rodelas. Nesse tempo a Ilha da Viúva era ocupada por *índios* e *brancos*. O relatório anual de 1945, da 4ª Inspeção Regional do SPI, registra “*Este nóvel P.I.T., fundado no ano passado, está situado à margem direita do Rio São Francisco, junto à vila do mesmo nome, no Estado da Bahia, com uma população de 212 indígenas*”, e descreve a área da Ilha da Viúva com 3 quilômetros de comprimento por 150 metros de largura. Cabral Nasser já descreve a área da ilha da Viúva com 3,5 km de comprimento e uma largura que variava entre 200 e 400 metros, com 2.200 m² de área para cultivo (Cabral Nasser 1975: 86). Nesse mesmo período foram implementados outros postos indígenas na região, a saber: 1937 em Pankararu do Brejo dos Padres (PE) e os Pataxó da Fazenda Paraguassu/Caramuru (Ilhéus, BA); 1944 Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio

(AL); meados da década de 40 Truká da Ilha de Assunção (BA); 1949 Atikum da Serra do Umã (PE) e Kiriri de Mirandela (BA); 1952 Xucuru-Kariri da Fazenda Canto (AL); 1954 Kambiwá (PE); 1957 Xucuru de Pesqueira (PE).

A criação do Posto fortaleceu a luta e a coesão dos índios, aumentando a esperança de tomarem posse das terras reivindicadas, ameaçando o domínio do poder local formado pelos *brancos* proprietários de terra. Esses reagiram tanto pela política como pelas armas, e como revela um expediente transcrito por Nasser (1975: 41) de 16 de agosto de 1945, remetido para Recife pelo encarregado, auxiliar sertão do P.I., Euclides Cavalcanti de Novaes, sobre a tentativa de extinguir o Posto Indígena:

“Levo vosso conhecimento dia 14 fui surpreendido pelo Exmo. General Pinto Aleixo vg Interventor Federal Bahia pt sua visita se prende povo descontente empreende extinção posto Indígena pt Nessa ocasião propos-me acabasse com isso ou se tratava invenções mins pt Ao que respondi estar cumprindo ordem superior pt Peço vossenhoria entendimento aquela autoridade também Exmo. General Rondon pt Os índios estão verdadeiro pânico pt Permanecerei esta cidade aguardando resposta pt (a)”

Com a instalação do posto indígena, os Tuxá conseguem projetos de irrigação para a ilha da viúva, fortalecendo a crença e a expectativa de retomarem a propriedade de suas antigas terras, cerca de 10⁴ ilhas que se localizavam nas imediações do povoado de Rodelas⁵. Contudo a expectativa de recuperarem essas áreas não se concretiza, sendo a ilha da Viúva a única terra onde foram retirados os ocupantes não-índigenas. Para superar a resistência das autoridades municipais e estaduais sobre o processo de desocupação de não-índios da ilha da Viúva, realizado em meados da década de 40, o Chefe da Inspeção Raimundo Carneiro Dantas, solicita a intervenção do Gal. Rondon junto ao Interventor Federal de Pernambuco. O Gal Rondon intercede, e desse modo o SPI e o CNPI – Conselho Nacional de Proteção aos Índios – atuam conjuntamente no sentido de garantir a ocupação da ilha da Viúva pelos índios Tuxá. Os principais adversários políticos dos indígenas nessa época, segundo Hohenthal (1952), *“parecem ser concentrados na cidade de Jatinã (antiga Belém), e segundo não só os Tushá, mas também o Agente, incluem o delegado, o juiz de direito, o promotor, o prefeito, e outros guarda-chuvas. Todos membros de grandes famílias latifundiárias da região que em*

⁴ Eram essas ilhas chamadas de Jatobá, Coitezinha, Cupim, Camboiba, Cabaços, Cobra, Ingazeira, Formiga, Caraibeiras e Chico.

⁵ Todas essas ilhas se encontram submersas hoje, devido a construção da barragem de Itaparica.

parte resistirão qualquer tentativa da parte do governo federal de dar aos índios mais terras”.

Segundo Nasser (1975: 42) os primeiros 18 anos de Posto Indígena foram tumultuados, com constantes conflitos entre os índios e a chefia do posto, devido a forma que administravam os bens do Posto Indígena, e cita como exemplo, o extravio de todo o gado existente no Posto Indígena na década de 50. Os relatórios feitos pelo chefe da 4ª Inspeção Regional, Raimundo Dantas Carneiro, e por inspetores e interventores do SPI na década de 40 e 50, mencionam o estado de miséria que se encontravam as famílias indígenas Tuxá nesse período. Tanto Hohenthal (1954) como Nasser (1975) , descrevem a economia dos Tuxá como baseada na produção agrícola de subsistência da mandioca, milho, feijão, abóbora, batata doce, todos plantados nos terrenos da ilha da Viúva, e cultivos de verduras no quintal. Alguns desenvolviam uma pequena atividade pastoril. A vida dos Tuxá se restringia a dupla morada, uma na aldeia localizada no povoado, e outra nos sítios na ilha da Viúva. A assistência dada pelo posto indígena aos Tuxá se restringiu ao longo dos anos, na construção de uma casa de farinha, de três eletrobombas para irrigação dos plantios e na distribuição ocasional de sementes. O Posto Indígena era utilizado pelos Tuxá para realização de bailes, onde era proibida entrada de “brancos” e controlada a entrada de “morenos”. Esses bailes foram importantes para a auto- estima dos indígenas, pois os “morenos” eram os únicos que tinham um clube específico onde realizavam bailes enquanto nos bailes promovidos pelos “brancos” era proibida a entrada tanto de *índios* como de *morenos*.

Esse quadro assistencial da FUNAI continuou até 1980 quando começam as negociações sobre o reassentamento das famílias Tuxá de Rodelas, devido a construção da barragem de Itaparica pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. A formação do lago em 1987, devido a construção dessa barragem, inundou três municípios no estado da Bahia: Chorrochó, Rodelas e Glória; e quatro em Pernambuco: Belém do São Francisco, Floresta, Petrolândia e Itacuruba. Desses municípios atingidos foram inteiramente alagados os núcleos urbanos de Petrolândia e Itacuruba no território pernambucano; e de Rodelas e Glória no território baiano. O lago inundou cerca de 834 Km², ao longo de 100 metros de margem do rio, obrigando o deslocamento de 7.000 mil famílias, com uma população aproximada de 40.000 pessoas, entre elas cerca de 200 famílias Tuxá, constituídas por aproximadamente 1.200 índios. Nesse processo de deslocamento alguns procedimentos irregulares foram tomados, como Brasileiro (2000) observa, como a ausência de um decreto presidencial e da

identificação de um território, que segundo a legislação vigente que trata da questão da remoção dos povos indígenas de suas terras, teria que ter sido anteriormente definido. Nas primeiras reuniões se cogitou a transferência para fora de Rodelas, pois os terrenos que ficariam disponíveis no município não eram apropriados para a agricultura. Se cogitou, em primeiro, a transferência para a Ilha do Bananal, que logo foi desconsiderada, e em seguida, o deslocamento para uma área no Projeto Massangano, no município de Petrolina, em Pernambuco. A CODEVASF, responsável pelo projeto, privilegiou em detrimento dos Tuxá o assentamento dos médios e grandes proprietários de terra da região.

A indefinição e demora na escolha do novo território, abriu espaços para despertar interesses diversos entre as lideranças Tuxá. Desse modo, lideranças Tuxá entraram em conflito e acabaram se dividindo em três projetos de reassentamento diferentes. Um dos grupos, liderado pelo pajé Armando Gomes e o cacique Manoel Eduardo Cruz, conhecido como Cacique Bidu, resolveu permanecer no município, com a expectativa da construção de uma nova aldeia na cidade de Nova Rodelas, e da posse de um terreno à beira do futuro lago, conhecido por “Riacho do Bento”, cerca de 20 km a oeste da Nova Rodelas. O “Riacho do Bento” se caracterizava como caatinga, de solo pedregoso e vegetação rala, e entre seus 4.000 hectares, continha uma faixa de terra fértil com cerca de 100 hectares (Melo 1988: 237). De uma maneira geral, procuravam reproduzir o mesmo tipo de ocupação da antiga Rodelas. Um núcleo urbano que seria uma extensão da cidade, e um terreno distante onde pudessem trabalhar na agricultura e com a atividade pastoril.

Outro grupo, liderado pelos índios Tuxá Manoel Novaes e Raul Valério, questionava a qualidade e produtividade dessas terras, formadas por terreno de “tabuleiro”, e reivindicou terras preservadas localizadas na margem do rio São Francisco, sendo assentados nas fazendas “Morrinhos” e “Oiteiros”, próximos à cidade de Ibotirama, no estado da Bahia. Um terceiro grupo, bem menor do que os outros dois, e que residiam em Itacuruba, se instalaram provisoriamente no município de Inajá, e decidiram continuar nesse mesmo município. No convênio estabelecido entre a FUNAI e a CHESF, consta das obrigações da companhia o reassentamento das famílias até o dia 30/12/87. E distingue o acordo para os dois grupos:

“2.1 - No município de Ibotirama:

Aproximadamente 2.050 ha (dois mil e cinquenta hectares) das Fazendas “Morrinhos” e Oiteiros, situadas a cerca de 15 (quinze) quilômetros ao norte da sede municipal, já adquiridos pela CHESF, conforme escrituras públicas de compra e venda lavradas em 18 de

fevereiro de 1986 e registradas no ofício imobiliário da respectiva Comarca e destinadas ao reassentamento de 96 famílias.

2.2 – No município de Rodelas para reassentamento das 82 famílias restantes:

a) aproximadamente 4.000 ha (quatro mil hectares) destinados à Reserva Indígena, situados no lugar Riacho do Bento, 20 Km a montante da nova sede municipal;

b) quadras 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46 e 47 do Plano Urbanístico da nova cidade de Rodelas, compreendendo uma área aproximada de 78.660 m² (setenta e oito mil, seiscentos e sessenta metros quadrados) destinados à Aldeia, e mais 30 (trinta) hectares de áreas adjacentes.”

Numa cláusula seguinte, a CHESF garantia a construção de:

“Na Reserva Indígena de Ibotirama:

Posto de saúde

Escola Rural

Casa de Religião

Cemitério

Poço Artesiano

Casa de Farinha

Na Aldeia ou Reserva ou Reserva Indígena de Rodelas:

Posto Indígena

Posto de Saúde

Casa de Religião

Casa de farinha

Prédio para beneficiamento de arroz

Cemitério”

Na implementação dos projetos agrícolas, a CHESF , assegurava a “*construção de estrada de acesso; infra-estrutura de energia elétrica; captação, adutora e distribuição de água para irrigação e consumo humano; implementação das áreas de cultivo mediante a limpeza e deslocamento, de acordo com a orientação técnica a ser indicada pelos projetos em elaboração; infra-estrutura necessária à irrigação, canais, valetas, bombas, equipamentos, etc.. de acordo com o que for definido nos projetos; Elaborar e implementar projeto integrado de pecuária e pesca para a comunidade de Rodelas.*”

À FUNAI seriam ainda destinados *“recursos para assegurar a continuidade dos projetos de irrigação, compreendendo a orientação técnica, de acordo com o programa a ser apresentado pela FUNAI e aprovado pela CHESF, necessários à consolidação do reassentamento da comunidade, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da implantação dos projetos agropecuários.”*

Às *“famílias reassentadas”* em Ibotirama que já estavam com terras garantidas para o cultivo irrigado, ficou destinado um salário mínimo até nove meses após a implantação do projeto de irrigação definitivo. Para as *“famílias não reassentadas”* que ficaram na nova Rodelas, seriam destinados 2 ½ salários mínimos, a partir da data de sua transferência, também com o limite de até nove meses após a implantação do projeto de irrigação definitivo.

O reassentamento do povo Tuxá foi concluído em 1988, e após mais de vinte e um anos do deslocamento o povo Tuxá encontra-se em condições de produção e reprodução social em patamares inferiores à encontrada antes da construção da barragem de Itaparica. No caso dos índios Tuxá que resolveram permanecer no município, até agora, 21 anos depois da conclusão dos reassentamentos, a CHESF não viabilizou os 4.000 ha estabelecidos no convênio de 1987. Atualmente os índios Tuxá da Nova Rodelas, sobrevivem exclusivamente da V.M.T. – Verba de Manutenção Temporária - que recebem dessa empresa estatal, e que depois de um Termo de Ajustamento de Conduta, se transformou em P.T.S. – Provisão Temporária de Subsistência. Há uma grande *“ociosidade”* entre os Tuxá, devido a falta de terra para desenvolverem atividades econômicas, agravada pela falta de oferta de empregos que atinge todo o município de Rodelas, que vive basicamente dos recursos pagos pela CHESF à prefeitura devido a inundação de seu território.

É fácil constatar que o projeto de reassentamento do povo Tuxá não atendeu aos objetivos de promover uma melhoria das condições de vida e nem atendeu as exigências de políticas e normativas do agente financiador BIRD – Banco Mundial de que *“se o deslocamento compulsório é inevitável, a política do Banco exige formulação e o financiamento de um plano de reassentamento, para assegurar as pessoas reassentadas tenham oportunidades de desenvolvimento que melhorem, ou pelo menos restaurem, os níveis de vida que tiveram antes do projeto”*(OD. 4.30/1990). O precário andamento da implementação do plano de reassentamento gerou altos custos sociais, econômicos e culturais entre os Tuxá, como por

exemplo, a ociosidade devido a falta de condições de trabalho, tendo como consequência o crescimento do alcoolismo e o aparecimento de diversas doenças antes inexistentes, como hipertensão e diabete.

A CHESF não se preocupou e nem mesmo se articulou para tentar recompor as condições sociais e econômicas de produção e reprodução dos índios Tuxá de Rodelas. Nesse caso parece ter ocorrido uma omissão tanto da CHESF e da Eletrobrás como responsáveis e executoras das obras, como do BIRD – Banco Mundial, agente financiador do projeto, que não monitorou e nem supervisionou a implementação dos reassentamentos, para exigir que fossem atendidas suas políticas de reassentamento e trato com populações deslocadas compulsoriamente pela barragem.

A FUNAI não fiscalizou ou exigiu o cumprimento do acordo por parte da CHESF. Durante todo esse período, o antigo administrador regional da FUNAI de Paulo Afonso, João Valadares, deposto em 2008 após quase 20 anos de ocupação do cargo, acusado de desvio de uma grande soma de recursos públicos, participava e realizava reuniões com a CHESF sem a presença de lideranças Tuxá. Apesar da ausência de lideranças indígenas, a CHESF conseguia legitimar acordos que estavam alinhados a seus interesses, com a presença da FUNAI, representada por João Valadares. Só após sua expulsão da FUNAI, os Tuxá souberam que ele repassava propositalmente informações equivocadas para a presidência da FUNAI, com o intuito de parecer que tudo estava caminhando em boas condições, sempre procurando centralizar tudo em suas mãos.

Quando estava fazendo o trabalho de campo em 2006 presenciei uma série de negociações entre CHESF, FUNAI, Procuradoria Estadual da Bahia e Tuxás onde pude observar como elas eram operadas. No final do mês de agosto desse ano, realizou-se uma reunião das três comunidades Tuxá: Rodelas, Ibotirama e de Inajá, com a CHESF e a Procuradoria Geral da República, onde foi definido 74.410.000 reais para serem aplicados nos reassentamentos Tuxá. Desse valor 4.982.000 reais seriam destinados a questão da aquisição de terras; 43.714.000 reais para obras de implementação do projeto de irrigação; e 12.722.000 reais para serem aplicados após a implementação do projeto sendo 9.041.000 reais para Operação e Manutenção do projeto e 3.681.000 para contratação de assistência técnica. No final das negociações resolveram que a CHESF não implementaria o projeto e dividiria os recursos entre todas as 442 famílias Tuxá dando uma média de 110.000 reais por família. Esse

montante seria pago em três anos pela CHESF, e a V.M.T. só seria cortada após dois anos de ser efetuado o pagamento da última parcela. Os recursos destinados a aquisição de terras no valor de 4.982.000 reais continuariam destinados para o seu objetivo original e seria entregue no prazo máximo de três anos, junto com a última parcela, e só então a CHESF teria suas obrigações junto aos Tuxá finalizadas.

A CHESF pagou todas as parcelas como combinado, no entanto tentou transferir a obrigação da aquisição das terras para FUNAI, disponibilizando em juízo os 4.982.000 reais para essa finalidade. Esse acordo foi realizado numa reunião fechada sem a presença de lideranças Tuxá, logo após o acordo anterior ter sido firmado, entre a CHESF, Procuradoria Estadual e o antigo administrador regional da FUNAI de Paulo Afonso. Nesse acordo, A CHESF não teria mais obrigação nenhuma em relação aos Tuxá, e os 4.982.000 reais destinados para a aquisição das terras seriam transferidos para a Administração Regional de Paulo Afonso, para serem administradas por João Valadares enquanto Administrador Regional, para a compra das terras. Os Tuxá de Rodelas entraram com uma liminar protestando contra esse acordo, e afirmando que só iriam receber a última parcela do acordo firmado depois que a CHESF adquirisse as terras prometidas há mais de vinte anos. Só recentemente no dia 9 de junho de 2009, após a mudança do administrador regional da FUNAI de Paulo Afonso, os Tuxá conseguiram uma reunião em Brasília, onde participaram a Procuradoria Federal, Procuradoria Estadual, Presidência da FUNAI, Diretores e advogados da CHESF e lideranças Tuxá. Nessa reunião, tanto a FUNAI como a Procuradoria Federal afirmaram a obrigação da CHESF em relação a aquisição das terras.

Bibliografia:

AMSELLE, Jean-Loup. *Branchements. Anthropologie de l'université des cultures*. Paris: Flammarion. 2001.

ARAÚJO, M. L. C. ; **NETO**, M. C. ; **LIMA**, A. E. V. (org). *Sonhos submersos ou desenvolvimento? Impactos da barragem de Itaparica*. Recife. Editora Massangana. 2000.

BARTH, Frederik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: *Jogos de Escalas - a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

- BRASILEIRO**, S. O Processo de Reassentamento do Povo Tuxá. 2000
- CARDOSO DE OLIVEIRA**, Roberto. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo. Fundação Editora UNESP: 2006
- DANTAS**, Beatriz G; **SAMPAIO**, José Augusto L.; **CARVALHO** Maria Rosário G. de. Os povos indígenas do nordeste brasileiro, um esboço histórico. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: FAESP/SMC/Companhia das Letras, 1992.
- ERIKSEN**, Thomas Hylland. *Ethnicity and Nationalism: Anthropological Perspectives*. London. Chicago, Illinois: Pluto Press, 1993.
- FONSECA**, João Justiano. *Rodelas: Curraleiros, Índios e Missionários história*. Salvador: Microtextos Edições Gráficas, 1996.
- HALFELD**, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do rio São Francisco*. Rio de Janeiro: Lithografia Imperial, 1860.
- HANNERZ**, Ulf. Fluxos. Fronteiras e Híbridos: Palavras-chaves da Antropologia transnacional. *Mana*: Rio de Janeiro: Contra Capa, 1997.
- KYMLICKA**, W. *Multicultural Citizenship: A liberal theory of minority rights*. Oxford, Clarendon Press. 1995.
- LEITE**, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, S.I., Tomo V, da Bahia ao Nordeste. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1945
- MELO**, R. M. C. “Índios e Barragens: O caso Tuxá em Itaparica”. Em: Caderno de Estudos Sociais, 4n.2, jul/dez. Recife. 1988. p.235-244.
- OLIVEIRA**, João Pacheco de. *A viagem da volta*. In: ATLAS das Terras Indígenas do Nordeste. (org) OLIVEIRA, João Pacheco e LEITE, Jurandir C. F, PETI/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, p. I-VIII. 1993.
- _____. “A problemática dos ‘índios misturados’ e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história”. Em: *Ensaio em antropologia histórica / UFRJ*: 1999.
- OSORIO SILVA**, Lúcia. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- PINTO**, Estevão. *Etnologia Brasileira Fulni-ô – Os últimos tapuias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1956
- REGNI**, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil*. Salvador: Palotti, convento da Piedade, vol 2, 1998.
- WEBER**, Max - (1997). “Comunidades Etnicas”. in *Economia y Sociedad / Fondo de Cultura Economica*. Mexico